

Vanessa Follmann Jurgenfeld¹ |
 Carlos Henrique Lopes Rodrigues² |

Celso Furtado e subdesenvolvimento: uma crítica às novas interpretações desenvolvimentistas no Brasil dos anos 2000*

RESUMO

Após a abertura econômica, nos anos 1990, e a adesão ao neoliberalismo pautado no Consenso de Washington, o Brasil viveu um esvaziamento do debate de longo prazo voltado para o desenvolvimento econômico. Entretanto, nos anos 2000, especialmente na segunda metade da década, ressurgiu um “novo-velho” debate sobre desenvolvimento econômico e desenvolvimentismo no país. Partindo da interpretação de Celso Furtado sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento — que leva em consideração as possibilidades e os limites do desenvolvimento da periferia frente aos interesses econômicos dos países hegemônicos — este artigo tem como objetivo discutir e fazer uma crítica às novas ideias heterodoxas que são debatidas no Brasil. As abordagens analisadas dividem-se em três correntes: i) novo-desenvolvimentismo; ii) social-desenvolvimentismo; e iii) keynesiano-institucionalista.

Palavras-chave

Desenvolvimento; Desenvolvimentismo; Celso Furtado.

ABSTRACT

Following the opening up of its economy, during the 1990s, and its adherence to the standards of neoliberalism outlined by the Washington Consensus, Brazil experienced a waning in its long-term debate on the subject of economic development. Nevertheless, at the beginning of this new century, and especially during the second half of the first decade, the country witnessed a resurgence of a “new-old” debate on economic development and developmentalism in Brazil. Based on the ideas of Celso Furtado regarding development and underdevelopment, which take into account the possibilities and the limitations of development in peripheral nations on account of the economic interests of the core hegemonic nations, this article aims to debate and make a critique with regard to the new unorthodox ideas that are being discussed in Brazil. The different approaches analyzed fall into three categories: i) new-developmentalism; ii) social-developmentalism; and iii) Keynesian-institutionalist.

Keywords

Development; Developmentalism; Celso Furtado.

* Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no XX Encontro Nacional de Economia Política.

1. Doutoranda em desenvolvimento econômico na Unicamp, mestre em desenvolvimento econômico pela Unicamp, graduada em ciências econômicas pela UFSC e em jornalismo na Umesp. Professora do curso de ciências econômicas da UFVJM. E-mail: vfullmann@hotmail.com

2. Doutorando em desenvolvimento econômico na Unicamp, mestre em história econômica pela Unicamp, graduado em ciências econômicas pela Unesp e professor do curso de ciências econômicas da UFVJM. E-mail: chlrodrigues@yahoo.com.br

“Os economistas encontram-se, as mais das vezes, incapacitados para captar a natureza do problema. E, como não estão habituados a formar juízo fora de seus esquemas mentais habituais, tendem a negar a existência do problema ou a imaginar que este resulta de um falso diagnóstico da realidade econômica.”
(FURTADO, 1962, p. 35)

Introdução

É possível traçar uma série de fatores que pode ter levado ao ressurgimento da discussão sobre o desenvolvimento econômico e sobre o desenvolvimentismo no Brasil nos anos 2000: *i*) a elevação da taxa média anual de crescimento nos anos 2000; *ii*) a mudança de partido político no poder a partir de 2003; *iii*) a crise mundial de 2007/2008 que traz em si uma crise dos preceitos neoliberais; e *iv*) a ascensão de países asiáticos na disputa mundial, cujos desempenhos em termos de crescimento levantaram a discussão sobre o caminho supostamente possível a ser percorrido pelos países da periferia para o desenvolvimento.

O primeiro argumento relaciona-se ao otimismo com a taxa de crescimento do país nos anos 2000, que foi superior à da década anterior. O país cresceu durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do PSDB, a uma taxa média de 2,3% ao ano, enquanto nos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, a 4,1%, com destaque para o ano de 2010, quando a taxa de aumento do PIB foi bem mais elevada: 7,5%. Já no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011 a 2014) o crescimento médio foi de 2,2%.

A ligeira melhora do crescimento, especialmente nos anos Lula, levou alguns economistas a entender que o Brasil entrava em uma nova rota e trilhava uma espécie de novo modelo de desenvolvimento — assunto que será discutido mais adiante.

O segundo argumento relaciona-se a algumas políticas do partido que assume o governo federal em 2003, o Partido dos Trabalhadores (PT). Ao promover algumas mudanças — sobretudo as relativas à melhora do poder de compra do salário mínimo; uma maior disseminação do crédito e do programa de transferência de renda Bolsa Família; ampliação do consumo e incremento da população brasileira que faria, então, parte da “classe média”³ — os governos petistas

3. Embora existam diversas classificações para o que de fato significa classe média e sejam questionados, por diversos pesquisadores, os parâmetros usados no Brasil para essa classificação, há certo consenso de que o país baseou sua política econômica no crescimento do consumo, principalmente a partir de 2004, mais do que nos investimentos. E isso se deveu ao crédito e à inserção de novas pessoas ao “mercado de consumo”. Sobre as classes médias clássicas, é importante ressaltar que essas têm participação nas decisões econômicas, políticas e sociais de um país, o que não parece ser o caso no Brasil. Entre alguns autores que tratam atualmente do tema classe média no Brasil, com interpretações distintas, ver Neri (2011); Neri; Melo; Monte (2012) e Pochmann (2012; 2014).

deram mais elementos para a interpretação de alguns economistas de que um novo modelo de desenvolvimento estaria em curso.

Uma terceira consideração sobre o porquê de uma retomada mais vigorosa da discussão sobre desenvolvimento nos anos mais recentes recai sobre a crise global de 2007/2008, que abalou o arcabouço de política macroeconômica neoliberal, baseado nas ideias do Novo Consenso Macroeconômico,⁴ uma vez que este referencial — embora usado em vários países do mundo — não foi suficiente para evitar uma crise financeira mundial. A crise de 2007/2008 (para alguns autores⁵ ainda derivada da crise dos anos 1970), portanto, não só apontou falhas na política econômica da ortodoxia, bem como suscitou críticas que levaram vários países a adotar uma política macroeconômica alternativa, com ampliação dos gastos do Estado e maior intervenção deste na economia, sendo praticadas políticas mais próximas a um referencial keynesiano (heterodoxo). Nesse período de crise, alguns países passaram a flexibilizar os regimes macroeconômicos existentes, como, por exemplo, o fato de alguns bancos centrais adotarem a partir de então também metas de emprego, em conjunto com metas de inflação. No Brasil — que adota o tripé macroeconômico desde 1999, baseado nas regras do Novo Consenso Macroeconômico —, alguns economistas passaram a entender que por aqui teria ocorrido uma “flexibilização” das regras nos governos do PT e isso foi entendido como parte da estratégia de um suposto novo padrão de desenvolvimento.⁶

Em relação ao quarto argumento sobre a retomada da discussão, pode-se destacar que a ascensão tanto da Coreia do Sul quanto da China, com melhora em seus indicadores de crescimento econômico — e alguns indicadores de desenvolvimento econômico —, também vêm pautando a discussão sobre as políticas de desenvolvimento que trazem melhores resultados a países considerados periféricos.

Entendemos que esse quadro inicial aqui exposto serve de justificativa para o surgimento de novas e repaginadas (não tão novas assim) discussões sobre desenvolvimento econômico de correntes de pensamento heterodoxas, que apareceram de forma mais evidente nos últimos 10 anos no país. É possível identificar três correntes⁷ que, de alguma maneira, ressuscitaram os termos e o debate sobre desenvolvimento e desenvolvimentismo: social-desenvolvimentismo; novo-desenvolvimentismo; e keynesiano-institucionalista.

Este artigo propõe uma análise dos principais aspectos dessas correntes heterodoxas, assim como um estudo da obra de Celso Furtado no que diz respeito ao seu conceito de desenvolvimento econômico, de subdesenvolvimento e da especificidade do capitalismo periférico, para avaliar se houve mudanças nos anos recentes no Brasil a ponto de ser possível assinalar um novo padrão de desenvolvimento capaz de superar o subdesenvolvimento.

O estudo de Furtado se faz necessário, pois as particularidades dos países periféricos, principalmente da América Latina, exigem um nível de

4. O Novo Consenso

Macroeconômico defende o tripé macroeconômico (metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário) como solução mais adequada de política econômica. Essa vertente do pensamento econômico une aspectos das correntes: novo-keynesiano; novo clássico e ciclos reais de negócios. Sobre as ideias do Novo Consenso Macroeconômico ver: Blinder (1997); Blanchard (1997); e Bernanke; Mishkin (1997). Algumas críticas ao Novo Consenso estão presentes em Arestis; Sawyer (2008).

5. Ver Cano (2012) e Belluzzo (2013).

6. Tanto economistas de linha ortodoxa quanto economistas de linha heterodoxa entendem que houve uma flexibilização do tripé macroeconômico, especialmente a partir dos anos Dilma. A diferença entre eles é que os primeiros consideram isso como causa dos problemas da economia brasileira e os segundos, como uma novidade para o país retomar o crescimento econômico. Por flexibilização do tripé macroeconômico, entende-se intervenção maior do governo no câmbio flutuante; superávits primários menores e controle menos rigoroso da inflação. Sobre essas divergências, ver: Pinheiro (2013); Jurgenfeld (2014); Costas (2014); Leopoldo (2014); e Conti (2015).

7. Além das três correntes heterodoxas que analisaremos, há representantes da ortodoxia econômica com avaliações distintas, mas que não fazem parte dos objetivos deste artigo, por isso suas discussões não estão contempladas. Para a visão ortodoxa sobre o desenvolvimento econômico brasileiro nos últimos anos ver: Veloso *et al.* (2013) e Pessôa (2009).

profundidade grande de análise para que se entenda os seus desafios. E para que não ocorram conclusões apressadas que não consigam apreender as verdadeiras causas do subdesenvolvimento e redundem em modelos de interpretações desvinculados da realidade que, entre outras coisas, confundem estrutura com conjuntura. E, nesse sentido, mesmo que bem intencionadas, levam a conclusões equivocadas e acabam não enfrentando os verdadeiros problemas da periferia, como, por exemplo, passado colonial, segregação social, estrutura latifundiária e capitalismo dependente.

Assim como essas correntes, que se intitulam heterodoxas, Furtado é também um heterodoxo. Seus estudos sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento mostram o seu entendimento desse tema de forma interdisciplinar e como integrante de um processo global. Ainda que a economia seja uma seara importante, nota-se pela obra de Furtado que ela não é suficiente para explicar e propor soluções ao subdesenvolvimento, ainda mais quando é reduzida a uma equação de demanda efetiva, como muitas análises tentam fazer. Entendemos a obra de Furtado como um contraponto importante às novas interpretações.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo está dividido em duas partes: 1) uma análise das três novas correntes heterodoxas; e 2) uma discussão do legado sobre as teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento econômico deixado por Furtado.

1. As interpretações dos anos 2000

1.1 O social-desenvolvimentismo

O social-desenvolvimentismo entende que a partir do governo Lula o país rompeu com o neoliberalismo e começou a viver uma época pós-neoliberal.⁸ Isto significa que haveria um novo padrão de acumulação no Brasil, baseado na produção de bens e serviços e melhoria na distribuição de renda, principalmente depois de 2007 (CASTELO, 2012).

Essa interpretação parece ignorar que, com Lula no comando da política macroeconômica, não há rupturas com mecanismos implantados por governos neoliberais no país, como o tripé macroeconômico, colocado em prática em 1999, baseado em regime de metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante. O governo, portanto, não teria rompido com o receituário do *mainstream* de política econômica, a despeito das políticas sociais postas em prática e da paralisação das privatizações de empresas estatais produtivas.

Entre alguns economistas dessa corrente,⁹ chegou a existir a interpretação de que, no seu primeiro mandato, a presidente Dilma Rousseff tentou — até mais do que Lula — vestir uma nova “roupa” em termos de política macroeconômica com redução dos juros de forma mais acentuada entre 2011 e 2012, ao mesmo tempo

8. Sobre pós-neoliberalismo ver: Sader (2011).

9. Sobre a posição de alguns economistas social-desenvolvimentistas ver: Jurgenfeld (2013); Biancarelli; Rossi (2014); Rossi (2015); Lacerda; Conti; Mello (2015).

em que eram mantidos os programas de transferência de renda e os ganhos reais do salário-mínimo do governo Lula. Houve a defesa entre esses economistas do fato de que Dilma estaria “flexibilizando” o tripé macroeconômico em prol do crescimento, a partir da administração da taxa de câmbio e da queda dos juros, e isso era uma condição para acelerar o crescimento.

Mais recentemente (após o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2015), muitos economistas dessa corrente tiveram, no entanto, que repensar alguns aspectos dessa interpretação¹⁰ sobre o governo Dilma, pois se viram diante do fato de que o suposto enfrentamento de Dilma aos ditames do mercado financeiro não vigorou por muito tempo. Por conta de uma suposta maior preocupação com o aumento da inflação e pressão do mercado financeiro, ele durou poucos meses. Os juros voltaram a subir para a casa de dois dígitos nos últimos dois anos, houve sinalização do aumento do superávit primário, medidas de “ajuste fiscal” a partir de 2014 e mais intensamente em 2015, para restabelecer em grande medida o tripé macroeconômico ortodoxo (sem flexibilizações).

Há definições complementares sobre o que é a estratégia social-desenvolvimentista. Bielschowsky (2013b) entende que a estratégia de crescimento do país a partir dos anos Lula é dada por três frentes de expansão, movidas pela demanda – consumo de massas, recursos naturais e infraestrutura –, e que seria necessário ainda acionar dois “turbinaidores” desses motores do desenvolvimento. Na sua visão, estes turbinaidores seriam a inovação tecnológica e a reativação de encaamentos produtivos tradicionais, para um movimento duradouro no longo prazo.¹¹ Pochmann (2010), por sua vez, defende que o social-desenvolvimentismo é um modelo de desenvolvimento que une crescimento econômico com reafirmação da soberania nacional, havendo uma reformulação do papel do Estado na economia e um choque distributivo, com aumento do salário-mínimo e dos gastos sociais. Mercadante (2010), outro nome vinculado a essa corrente, defende que o social se tornou o principal eixo do governo Lula e o diferenciou de outros governos, e, por isso, esse período é entendido como um compromisso de impulsionar a constituição de um amplo mercado de consumo de massa, com inclusão de milhões de brasileiros e universalização de políticas sociais básicas a fim de resolver o problema histórico da concentração de riqueza.

Um marco importante dessa concepção se relaciona com o documento *Um outro Brasil é possível*,¹² de 2001, escrito por economistas do PT, em que estes colocam o eixo social como prioridade do desenvolvimento, ainda que nesse texto não exista o termo social-desenvolvimentismo. Porém — é importante frisar —, esse documento foi revisto em 2002 com a *Carta ao povo brasileiro*,¹³ que serviu de parâmetro à campanha de Lula para a presidência da República naquele ano e marcou um compromisso maior de Lula com os contratos assumidos, com o superávit primário e com o pagamento das dívidas pública e externa, sendo esse novo documento uma contraposição ao anterior.

10. Alguns membros do social-desenvolvimentismo, em uma revisão, agora estão questionando o suposto cunho social-desenvolvimentista do primeiro governo Dilma e preferem argumentar que a sua gestão macroeconômica foi marcada por equívocos na política fiscal e pelo favorecimento de setores industriais. A essa gestão chamaram de “industrialismo”. Ver: Rossi; Biancarelli (2015).

11. Apesar de reconhecer a presença das três frentes de expansão no Brasil dos anos 2000, também se deve observar que Bielschowsky (2013b) destaca que seria necessário que impulsos à expansão da capacidade produtiva derivados dessas três correntes de demanda efetiva fossem adequadamente traduzidos em expansão do investimento no país, para que assim o desenvolvimento brasileiro se tornasse vigoroso nas décadas seguintes.

12. Disponível em: www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/debate-um-outro-brasil-e-possivel-0?page=0,1.

13. Disponível em: www.fpabramo.org.br/uploads/carta-aopovobrasileiro.pdf

Também robusteceu as discussões em defesa do social-desenvolvimentismo a criação da Rede Desenvolvimentista (Rede D), em 2011, por um grupo de economistas, a partir de recursos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI). Inicialmente, a Rede D foi dirigida por Ricardo Carneiro, economista da Unicamp.

Em linhas gerais, há quatro eixos distintos e complementares do social-desenvolvimentismo, que, segundo Carneiro (2013), vêm sendo implementados em menor ou maior grau nos últimos anos pelo governo federal petista: *i*) melhoria da distribuição de renda; *ii*) ampliação da infraestrutura econômica e social;¹⁴ *iii*) reindustrialização via adensamento de cadeias; e *iv*) expansão do setor baseado em recursos naturais.

É possível dizer que o social-desenvolvimentismo entende que aumento dos salários, ampliação do consumo popular, aumento dos investimentos e da produtividade levam a um círculo virtuoso. A estratégia para ter sucesso depende de uma criação “suficiente” de empregos, disponibilidade de recursos fiscais e atenuação da restrição externa. O problema do emprego seria então equacionado com o crescimento e com o gasto público, que deve ter uma política fiscal compatível. Ao mesmo tempo, há o entendimento de que a ampliação da base produtiva e os ganhos de produtividade dariam competitividade às exportações, reduzindo as restrições externas (CARNEIRO, 2013).

No entanto, esse grupo parece ter deixado em segundo plano o fato de que o investimento não levantou voo, e, sem isso, não há aumento da base produtiva. Também não estão ressaltados na análise alguns motivos pelos quais o investimento não cresceu, entre eles os juros altos, o câmbio valorizado e a debilidade do Estado, entre outros fatores.¹⁵

Nessa interpretação há, ainda, a ideia de que existem limites, no entanto, para a distribuição funcional e pessoal da renda, e que melhorias viriam da ação do Estado por meio de tributação e gastos públicos. Esse eixo dinamizador, segundo essa corrente, deve vir da infraestrutura econômica e da infraestrutura social (CARNEIRO, 2013).

Não há objeções do social-desenvolvimentismo à ampliação da infraestrutura econômica por meio do setor privado, com apoio do Estado e financiamento de longo prazo principalmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio de concessões (privatizações) e Parcerias Público-Privadas (PPP). Já a infraestrutura social dependeria essencialmente de recursos fiscais por parte do Estado.

Essa corrente orienta-se principalmente em prol do crescimento do mercado interno, podendo haver coeficientes de importação elevados, defendendo a ideia do uso do câmbio para amenizar problemas de aumento da inflação interna. Portanto, a moeda nacional pode ser valorizada em relação ao dólar. Esta valorização também facilitaria importação de bens de capital pelo

14. Por infraestrutura social, o social-desenvolvimentismo entende a saúde, a educação, saneamento, transportes e vida urbana em geral. Ver: Biancarelli (2013).

15. Para mais informações ver Cano (2014).

mercado nacional (JURGENFELD, 2013).

Um dos defensores do social-desenvolvimentismo, Bielschowsky (2013a) justifica o pensamento em curso chamando atenção para alguns novos elementos históricos sobre a discussão do desenvolvimento nos últimos anos. Entre esses elementos cita a perspectiva de maior estabilidade macroeconômica aberta pela guinada chinesa por importações de matérias-primas do Brasil. Este foi um impacto favorável ao balanço de pagamentos brasileiro, que ocorreu a partir do início dos anos 2000. Esta mudança, segundo Bielschowsky, representa solo fértil para uma nova etapa de discussões sobre o desenvolvimento.

Bielschowsky (2013b) tem destacado como políticas para o avanço do desenvolvimento a necessidade de uma produção no país de parte substancial dos encadeamentos produtivos geradores dos bens e serviços do consumo de massa, inclusive com a recuperação da capacidade da indústria de bens de capital, o que ajudaria em uma nova diversificação da pauta de exportação, que foi reprimarizada nos últimos anos.

No argumento de Bielschowsky, apesar de alguns avanços, o Brasil ainda precisaria de uma produção em massa como uma estratégia de desenvolvimento social e nacional, pois se houvesse um consumo em massa no Brasil, atendido pela produção em massa na China, o modelo não se sustentaria (LUCENA, 2012).

Os social-desenvolvimentistas têm defendido políticas fiscal e monetária “ativas” e manutenção e ampliação de programas sociais como fatores essenciais para o desenvolvimento. Em vez de um modelo ancorado no *drive* exportador, essa corrente defende um modelo puxado pela melhora dos salários reais, melhor distribuição de renda e expansão do nível de emprego no mercado interno. Seus representantes falam da importância do crescimento do investimento na economia, com a inserção das empresas do país nas cadeias globais de valor, mas, sobretudo, destacam a importância do aumento do consumo interno para a atividade econômica e para efeitos distributivos.

Uma das contradições dessa corrente é que, apesar de colocar a indústria como motor do crescimento e do desenvolvimento, não propõe ruptura com o tripé macroeconômico, que tem sido o eixo que vem fortemente prejudicando a indústria. Há a defesa de uma flexibilização do tripé (inflação podendo ficar um pouco mais alta, embora não descontrolada, por exemplo), mas não há uma proposta de rompimento com esse arcabouço de política macroeconômica. Portanto, a corrente social-desenvolvimentista não propõe a abolição dos elementos centrais da política neoliberal atual, que são: o controle da inflação por meio de juros elevados (que prejudicam o investimento produtivo e favorecem o rentismo); a defesa do superávit primário (que serve para remunerar o capital rentista); e o uso do câmbio flutuante, muitas vezes prejudicial às próprias indústrias, uma vez que a moeda nacional tende a se valorizar por conta da alta taxa básica de juros.

16. Cabe-nos ressaltar que o termo novo-desenvolvimentismo foi usado por Mercadante (2010) antes do termo ter sido mais disseminado. No entanto, Mercadante está vinculado ao social-desenvolvimentismo.

17. É importante destacar que Bresser-Pereira foi um dos fundadores do PSDB, ministro no primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso e responsável por implementar a reforma do Estado, em uma perspectiva neoliberal.

18. O artigo *Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade* e o artigo *O novo desenvolvimentismo* estão, respectivamente, disponíveis em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm>> e em <<http://www.rep.org.br/pdf/87-10.pdf>>. Outra referência importante para a discussão do novo-desenvolvimentismo foi o lançamento, em 2005, do livro *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Ver: Sicsú *et al.* (2005).

19. A taxa de câmbio de equilíbrio industrial, definida pela corrente novo-desenvolvimentista como a taxa que torna competitivas empresas que usam tecnologia de última geração, já teve diferentes valores estimados pelos seus defensores. Como exemplo recente, temos o valor de R\$ 2,90. Ver: Neumann; Watanabe (2014).

20. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/works/letters/360-Meus_amigos_desenvolvimentistas_da_Unicamp.pdf>.

21. Para as distinções que ele entende existir entre o desenvolvimentismo de 1930-1980 e o que ele chama de novo-desenvolvimentismo, ver Bresser-Pereira (2012b).

1.2. O novo-desenvolvimentismo

Um dos marcos do novo-desenvolvimentismo¹⁶ foi o artigo publicado em 2002 por Luiz Carlos Bresser-Pereira¹⁷ e Yoshiaki Nakano intitulado *Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade*. Em 2004, por sua vez, houve publicação de artigo no jornal *Folha de S. Paulo*, por Bresser-Pereira, intitulado *O novo desenvolvimentismo*, no qual defendia uma estratégia de desenvolvimento nacional para romper com a ortodoxia vigente (CASTELO, 2012).¹⁸

Uma das principais transformações que os novos-desenvolvimentistas propõem é trocar o “velho” modelo de substituição de importações pelo *drive* exportador. Este é um dos aspectos em que se distanciam dos social-desenvolvimentistas, uma vez que essa corrente tem a defesa de um modelo de desenvolvimento para fora, via exportação (*export-led*), e não para dentro, por meio do mercado interno, puxado pelo consumo, via aumento salarial (*wage-led*), como defendem os social-desenvolvimentistas.

Sobre a defesa do *export-led* — e não do *wage-led* — como estratégia no novo-desenvolvimentismo há, entre outras razões, a justificativa de que: o problema maior da economia seria assegurar às “empresas nacionais competentes” o acesso à demanda externa – o que dependeria de uma “taxa de câmbio competitiva”.¹⁹ “A mudança para esse equilíbrio competitivo estimulará os investimentos, o crescimento das exportações de manufaturados e o crescimento do PIB” (BRESSER-PEREIRA, 2012a, p. 2).

Nessa interpretação, a variável-chave da economia deve ser, portanto, a taxa de câmbio. A ideia é de um modelo exportador, de forma que a indústria seja orientada às exportações, sendo capaz de aproveitar “vantagens locais”, como mão de obra mais barata.

Em uma carta aos professores social-desenvolvimentistas da Unicamp, Bresser-Pereira (2012)²⁰ explicitou seus objetivos, destacando que, diante do que ele entende como “fracasso do neoliberalismo”, passou a retomar o tema do desenvolvimentismo e a propor o novo-desenvolvimentismo como terceira via entre a ortodoxia e o nacional-desenvolvimentismo.

Nessa carta, Bresser-Pereira dizia que a discussão deveria ser colocada naquele momento porque o Estado desenvolvimentista de outrora seria retomado nos últimos anos. “O Estado desenvolvimentista que sobrevivera e se renovara nos países dinâmicos da Ásia agora ressurgia na América Latina, particularmente na Argentina e no Brasil” (BRESSER-PEREIRA, 2012a, p. 1).²¹

Na avaliação desse economista, o novo-desenvolvimentismo é uma estratégia nacional de desenvolvimento, e assume uma ideologia, de forma que uma nova coalizão de classes estaria voltada para a construção de um “Estado desenvolvimentista e social no país” (BRESSER-PEREIRA, 2012a, p. 2).

A utilização do prefixo “novo” é por ele resumida quando escreve que os economistas que se juntaram em torno dessa ideia entendiam que a questão

de um desenvolvimento econômico e social continuava necessária e forte no país, mas que diante de “novas realidades” era preciso um “novo” pensamento desenvolvimentista. O que ele entende por “novas realidades” seria o fato de o país não ser mais iniciante na industrialização, já ter “renda média”, e o mundo desenvolvido ter deixado de ser organizado a partir da divisão internacional do trabalho entre países industriais e agrícolas, tendo passado a ser organizado a partir da globalização financeira (BRESSER-PEREIRA, 2012a).

Bresser-Pereira filia o novo-desenvolvimentismo a Keynes, Marx e Kalecki²² e à escola estruturalista do desenvolvimento, muito relacionada às origens da Cepal. Afirma que essa corrente une economistas que pensam o desenvolvimento do ponto de vista histórico e que se opõem ao liberalismo econômico, e “sem prejuízo da função coordenadora do mercado, defendem um papel estratégico para o Estado no desenvolvimento econômico e social”. Para o autor, desenvolvimento também é social “porque a democracia e as convicções de esquerda dos desenvolvimentistas exigem que a justiça social se some ao bem-estar econômico” (BRESSER-PEREIRA, 2012a, p. 2).

Na concepção novo-desenvolvimentista, o Estado deve promover o “equilíbrio” das contas públicas, de modo a gerar poupança interna. Assim, essa corrente atribui à poupança um papel de geradora do investimento e não o contrário, como defendido por Keynes e Kalecki. O intervencionismo estatal — destacam seus defensores — deve ser centrado na taxa de câmbio e ser mais moderado no que diz respeito ao investimento e à política industrial.

Já em relação à inflação, os autores dessa corrente defendem que não deve haver complacência e se posicionam a favor da manutenção do tripé macroeconômico em vigor desde 1999. Entretanto, adicionam, além da meta de inflação, as metas de emprego e de taxa de câmbio a serem perseguidas pelo Banco Central. Sobre a taxa de câmbio, esta deve ser flutuante e administrada, de forma que seja neutralizada sua tendência à sobrevalorização, a fim de evitar a “doença holandesa”.²³ Além disso, os novos-desenvolvimentistas defendem que o Banco Central deve comprar reservas ou impor controles sobre o ingresso de capitais para administrar a taxa de câmbio. Reservam, no entanto, a esse controle uma solução para a vulnerabilidade externa do país, apesar de esta situação ser determinada, em grande medida, pelo cenário externo e, portanto, não podendo ser resolvida meramente com o controle de capitais.

Ao propor inflação baixa e controlada e, ao mesmo tempo, crescimento econômico via exportação, está implícito nessa corrente que a inflação não será controlada pelo câmbio (via importação de produtos a preços mais baixos, substituindo bens nacionais), uma vez que este estará desvalorizado para facilitar as exportações.

Sobre a defesa do controle fiscal, por trás está a ideia equivocada de que com superávits primários crescentes se paga a dívida e se expande a poupança

22. É importante frisar que Bresser-Pereira coloca esses autores clássicos como influências do novo-desenvolvimentismo, mesmo eles tendo posições e propostas diferenciadas em relação ao desenvolvimento.

23. A doença holandesa é um fenômeno associado a uma farta reserva de recursos naturais em um determinado país. Esses recursos, ao serem exportados pelo país em grande monta, podem gerar uma valorização cambial acentuada. Essa valorização, por sua vez, tem como contrapartida um efeito negativo sobre o seu setor industrial. O nome se deve a um episódio, relacionado à descoberta de gás natural, ocorrido nos Países Baixos em 1960.

do governo, e como resultado há o crescimento econômico. Não se entende que o superávit fiscal pode implicar engessamento da política fiscal do Estado, de forma que sua prioridade passa a ser o pagamento de dívida; não se discute a hipótese de que a política fiscal seja mais ativa nem distributiva e que essa situação pudesse ajudar o crescimento econômico.

Sobre a interpretação de que o país possui um parque produtivo consolidado, não carecendo de política industrial, parece faltar aos defensores dessa corrente o entendimento de que houve um processo intenso de desindustrialização nos últimos anos. Em suas análises, defendem simplesmente o ajustamento da taxa cambial para o que chamam de “câmbio de equilíbrio industrial” como se este fosse condição suficiente para reverter o quadro ruim do setor industrial numa economia dependente e periférica.

Há pesquisadores críticos a essa corrente que têm encontrado muitas aproximações com o neoliberalismo. Entre esses aspectos neoliberais estariam, por exemplo, a defesa do equilíbrio fiscal e do controle inflacionário (MOLLO; FONSECA, 2013). Essas similaridades não são necessariamente negadas pelos representantes da própria corrente novo-desenvolvimentista.

1.3. O keynesiano-institucionalismo

A interpretação keynesiano-institucionalista, apesar de menos conhecida que as duas correntes anteriores, possui alguns trabalhos, dentre os quais se destaca o texto de Ferrari Filho e Fonseca (2015)²⁴ que explicita seus principais argumentos.

A estratégia keynesiano-institucionalista defende que precisam ser desconstruídas essas duas outras “estratégias heterodoxas”, entendidas como um *trade off* entre crescimento liderado pela melhora dos salários (social-desenvolvimentista) e um crescimento liderado pelas exportações (novo-desenvolvimentismo).

O keynesiano-institucionalismo defende que é preciso um crescimento acompanhado de distribuição mais equitativa da renda. Para isso, é necessário explicitar políticas macroeconômicas e institucionais que possam viabilizar e sustentar um padrão de crescimento a longo prazo. Essa corrente é contra a seleção de uma variável-chave do tipo *wage led* ou *export led*, e tem proposto um enfoque mais geral, baseando-se na necessidade de ativar a demanda agregada, como destacado por Keynes, principalmente por meio do despertar do espírito animal dos empresários, o que levaria, conseqüentemente, ao aumento dos investimentos, e ao crescimento econômico. Ferrari Filho e Fonseca (2015) entendem que ambas as agendas — a do social-desenvolvimentismo e a do novo-desenvolvimentismo — só podem ser bem-sucedidas se salários e exportações, respectivamente, forem capazes de induzir o investimento.

24. Ferrari Filho; Fonseca, 2015.

Ferrari Filho e Fonseca (2015) fazem a crítica a essas duas correntes, apontando também similitudes entre elas: ambas são alternativas compatíveis com uma “abordagem keynesiana-kaleckiana” e identificadas com o fato de que uma única variável da demanda agregada seria predominantemente responsável pela expansão do crescimento.

No enfoque keynesiano-institucionalista — que seria referenciado em Keynes e em autores institucionalistas, como Commons e Veblen — é a interação entre variáveis-chave e os componentes da demanda agregada, especialmente investimento, tanto público como privado, que determina o padrão de crescimento. Portanto, não basta uma variável-chave, é preciso haver interação entre diversas variáveis da demanda agregada. Apontam que a política econômica não deve se ater apenas a aspectos macroeconômicos para assegurar estabilização, mas também a mudanças estruturais institucionais, como leis, regulações, delimitações dos direitos da propriedade, além de criação de agências e empresas estatais. São essas mudanças institucionais, associadas a questões macroeconômicas, que dariam confiança ao empresário para que realizasse o investimento.

Entre as limitações do *wage led*, defendido pelos social-desenvolvimentistas, destacam-se a dificuldade, vista nos últimos anos, do aumento do consumo acelerar o investimento — havendo uma interação positiva entre eles —, e o fato de que essa política econômica não foi capaz de alterar a concentração de renda de maneira significativa (FERRARI FILHO; FONSECA, 2015). Destacam que o *animal spirit* dos empresários não foi despertado entre 1995 e 2012 e isso precisaria ocorrer.

Em relação ao *export led*, as críticas dos keynesiano-institucionalistas recaem sobre o novo-desenvolvimentismo não colocar a melhoria da distribuição de renda como um valor a ser perseguido. Ferrari Filho e Fonseca (2015), inclusive, aproximam os novo-desenvolvimentistas da corrente neoliberal porque seus defensores entendem investimento como uma contraposição do consumo e não como algo que cresce concomitantemente.

O keynesiano-institucionalismo propõe uma “coordenação da política macroeconômica” de forma que esta: *i*) operacionalize a política fiscal, para que haja expansão da demanda efetiva e redução das desigualdades sociais; *ii*) use um modelo mais flexível de política macroeconômica (aqui se subentende uma flexibilização do tripé macroeconômico em vigor), para estimular maiores níveis de consumo e investimento; e *iii*) coordene e regule os mercados financeiros e cambiais para estabilizar fluxo de capitais e taxa de câmbio. Defendem ainda a necessidade de intervenção do governo para regular a economia, uma vez que o sistema capitalista é, pela sua própria natureza, instável.

Em outras palavras, o keynesiano-institucionalismo defende que o investimento como proporção do PIB no Brasil deve deixar o patamar de 18% e passar para 25%. Assim, a política fiscal deve ser focada em manter os gastos

em programas sociais como os existentes e concentrar o orçamento em investimentos públicos, especialmente em infraestrutura.

O governo deve também procurar ter “responsabilidade fiscal”. Os economistas dessa corrente propõem que haja uma política fiscal anticíclica temporária, nos períodos de crise. Mas não que ela seja algo permanente ou que fique por muitos anos em vigor. Em momentos de bonança, defendem que a política fiscal deve ser contracionista ou neutra.

Em relação à política monetária, a proposta recai sobre o fato de que esta deve ser uma política discricionária, mas o regime não deve ser focado apenas em meta de inflação, mas também em meta de emprego. Em relação à política cambial, os autores sugerem que o Banco Central administre a taxa de câmbio de modo a ser competitiva, restringindo as especulações. A ideia é que a taxa cambial não seja tão valorizada a ponto de incentivar a desindustrialização do país, mas também não tão desvalorizada a ponto de reduzir o poder de compra dos salários.

Em suma, a corrente keynesiano-institucionalista propõe um modelo baseado no *wage led*, mas sem negligenciar a necessidade de haver um equilíbrio no balanço de pagamentos. Para isso, sugerem política macroeconômica que contemple estabilidade no emprego, conjuntamente com estabilidade de preços, política fiscal equilibrada, mas que também privilegie investimento público e os programas sociais, além de uma política cambial que equilibre o balanço de pagamentos.

Dessa forma, também a proposta pode ser aproximada a uma flexibilização do tripé macroeconômico existente, mas não indica um rompimento com este receituário, uma vez que não fala em deixar de haver metas de inflação, mas sim de complementá-las com outras metas, como a de emprego.

2. Contraponto às novas correntes: as ideias de Celso Furtado

A interpretação de Celso Furtado sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento dá subsídios para se fazer a crítica a essas “novas” correntes, pois ela leva em conta problemas históricos e estruturais, tendo, portanto, como base a dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado²⁵ e uma análise específica para a periferia do sistema capitalista.

A teoria do subdesenvolvimento de Furtado é baseada numa teoria do excedente social. O conceito de excedente do qual ele se apropria vem dos economistas clássicos — ou seja, a ideia de que existe uma “sobra” em relação a todos os recursos de que dispõe uma sociedade além daqueles de que ela necessita para se reproduzir. Esse conceito ajuda a obter uma visão abrangente do processo social

25. Essa constatação foi feita por Trotsky (1978, p. 25): “As leis da história nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na tendência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha”.

global, na sua avaliação. Em razão do fato de que membros de uma sociedade dispunham de recursos acima do necessário para reproduzirem-se, Furtado destaca que as populações cresceram e as sociedades se diversificaram, engendrando as desigualdades sociais. A importância maior, porém, está no fato de que a maneira como é criado e apropriado o excedente reflete-se no sistema de dominação social, e sua utilização final, na forma como a sociedade se estratifica.

Há uma aproximação, portanto, da teoria do subdesenvolvimento a uma teoria da estratificação social e a uma teoria do poder. E isso é muito importante porque somente dessa maneira é possível entender a dimensão política do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

Segundo Furtado (1994), a teoria do subdesenvolvimento constitui, por si só, uma tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho, que se estabelece com a difusão da civilização industrial. Neste sentido, destacam-se três aspectos principais: *i*) a relação centro-periferia e a dependência externa; *ii*) o problema da má formação ou da formação inconclusa de alguns países; e *iii*) a industrialização dependente.

Como ele mesmo definiu, desenvolvimento é a transformação da sociedade ao nível dos meios, mas também dos fins. Trata-se de um processo de acumulação e de ampliação da capacidade produtiva, mas também de apropriação do produto social e da configuração desse produto. Neste processo, é importante entender como se dá a divisão social do trabalho, mas também a estratificação social e a dominação, além das questões de inovação, desde introdução de novos produtos e diversificação do consumo a também destruição de valores e supressão de capacidade criadora (FURTADO, 1981).

A discussão do desenvolvimento em Furtado refere-se às bases técnicas e culturais. Ele discute o padrão de acumulação, basicamente que tipo de base técnica é necessário para a sociedade avançar, e também qual é a sua racionalidade substantiva (aquilo que é o seu fim). De maneira sucinta, podemos dizer que quando Furtado pensa desenvolvimento, ele está discutindo a capacidade de uma sociedade controlar os meios e os fins. Quanto aos meios, refere-se aos meios técnicos, à base material dessa sociedade. E quanto aos fins, refere-se aos objetivos últimos dessa sociedade. A adequação dos meios aos fins significa racionalidade. O subdesenvolvimento, por sua vez, seria uma irracionalidade, uma inadequação dos meios aos fins.

Partindo principalmente de Raul Prebisch (1949),²⁶ Furtado terá a interpretação de que o subdesenvolvimento está historicamente determinado, não sendo uma etapa necessária ao desenvolvimento, como apontara Rostow (1964), e nem possível de ser superado naturalmente, respeitando as leis das vantagens comparativas.²⁷ Assim, um país não está subdesenvolvido, mas é subdesenvolvido. Portanto, subdesenvolvimento não é uma situação temporária, mas sim a forma que assume o desenvolvimento em algumas sociedades.

26. Prebisch foi uma influência fundamental para Furtado, mas não só ele. Temos também List, Hirschmann, Perroux, Keynes, Schumpeter, entre outros autores que o influenciaram. Ver: Furtado (1981).

27. Ver Ricardo (1982). Cap. VII, *Sobre o comércio exterior*.

28. De acordo com Sampaio Jr. (1999, p. 171), “na interpretação de Celso Furtado, o subdesenvolvimento é produto de um sistema econômico mundial que integra, em um mesmo padrão de transformação, formações sociais que têm capacidades assimétricas de introduzir e difundir progresso técnico. A discrepância entre as economias centrais e as economias periféricas quanto à capacidade de elevar a produtividade média do trabalho e quanto à potencialidade de socializar o excedente social entre salário e lucro faz com que o estilo de vida que prevalece nas economias centrais não possa ser generalizado para o conjunto da população das economias periféricas. O subdesenvolvimento surge quando, ignorando tais diferenças, as elites que monopolizam a apropriação do excedente impõem, como prioridade absoluta do processo de acumulação, a cópia do estilo de vida dos países centrais, impedindo assim a integração de parcela considerável da população no padrão de vida material e cultural propiciado pelo capitalismo”.

29. De acordo com Furtado (2004, p. 485): “No caso brasileiro, a estrutura agrária é o principal fator que causa a extrema concentração da renda. Não tanto porque a renda seja mais concentrada no setor agrícola do que no conjunto das atividades produtivas, mas porque, não havendo no campo praticamente nenhuma possibilidade de melhoria das condições de vida, a população rural tende a se deslocar para as zonas urbanas, aí congestionando a oferta de mão de obra não especializada”.

30. Nas palavras de Furtado (1974, p. 16), “pelo menos 90% do que aí encontramos se funda na ideia, que se dá por evidente,

Na interpretação furtadiana, o desenvolvimento é entendido como uma mudança qualitativa, provocada pela concorrência que, por sua vez, promove uma inovação destruidora, uma quebra de rotina, que desequilibra o fluxo circular, destrói o velho e elimina a tecnologia obsoleta. Assim, o desenvolvimento é tido como uma mudança controlada, no sentido da capacidade que uma sociedade tem de ajustar os meios, o progresso técnico e controlar os fins. Porém, no caso específico de países subdesenvolvidos, como o Brasil, não há a possibilidade de inovação criadora, pois as mudanças ocorrem por fatores extraeconômicos, que promovem mudanças tecnológicas adaptativas e não em função da concorrência. “A existência de uma ampla disponibilidade de mão de obra marginalizada do mercado de trabalho desobriga o empresário a buscar eficiência econômica” (SAMPAIO JR., 1999, p. 180).

O subdesenvolvimento é,²⁸ portanto, caracterizado por Furtado por uma fratura entre os meios e os fins, onde a busca incessante por lucros passa a dominar a sociedade, como um fim em si mesmo.

A relação centro-periferia permite entender que o acesso à tecnologia pela periferia ocorre a partir do centro. Isto faz com que a realidade de desenvolvimento das forças produtivas na periferia seja deslocada da estrutura econômica e necessidades sociais da própria periferia. Nos países subdesenvolvidos, portanto, há um progresso técnico poupador de mão de obra, com elevada produtividade do trabalho, e com produção de mercadorias que não promovem a homogeneização dessa sociedade.

Isso ocorre também porque o subdesenvolvimento está relacionado a uma decisão que as elites aculturadas tomam de copiar os padrões de consumo e estilo de vida do centro, uma espécie de mimetismo cultural, de forma que essas elites não têm uma identidade nacional. A modernização gera subdesenvolvimento porque a periferia tenta imitar o consumo de uma sociedade de países centrais, cuja renda *per capita* é cinco a seis vezes maior que a das economias periféricas. Destarte, para que isso ocorra, torna-se imprescindível uma elevada concentração da renda e a perpetuação da dependência externa.

Além disso, esse autor destaca que essa elite, de origem colonial, promove um nível intenso de exploração do trabalho, por meio de um elevado desemprego estrutural, que tem na sua base a existência e a manutenção dos latifúndios.²⁹ Assim, para romper com o subdesenvolvimento, necessário se faz tirar o poder de decisão dessas elites aculturadas, seus privilégios, e acabar com esta forma de modernização do padrão de consumo.

Furtado, portanto, contrapõe-se à ideia de que os países subdesenvolvidos tendem a seguir o processo de industrialização e o padrão de consumo dos países centrais, como os Estados Unidos.³⁰ Para ele, essa análise significa desviar a atenção dos verdadeiros problemas das economias periféricas, mesmo porque o planeta não comportaria vários países com o mesmo padrão

de consumo dos Estados Unidos, dado o nível de utilização dos recursos não renováveis. De acordo com Furtado (1974, p. 22):

Captar a natureza do subdesenvolvimento não é tarefa fácil: muitas são as suas dimensões e as que são facilmente visíveis nem sempre são as mais significativas. Mas se algo sabemos com segurança é que o subdesenvolvimento nada tem a ver com a idade de uma sociedade ou de um país. E também sabemos que o parâmetro para medi-lo é o grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso à panóplia de bens finais que caracterizam o que convencionou chamar de estilo de vida moderno. Mesmo para o observador superficial parece evidente que o subdesenvolvimento está ligado a uma maior heterogeneidade tecnológica, a qual reflete a natureza das relações externas desse tipo de economia. (FURTADO, 1974, p. 22)

Em termos históricos, a fim de caracterizar as diferenças da industrialização no centro e na periferia, Furtado chama a atenção aos processos distintos. Neste sentido, ele destaca que a expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas da periferia promoveu, após a primeira Revolução Industrial,³¹ uma situação em que uma parte da economia comportava-se enquanto uma economia capitalista e outra, que não sofria alteração, continuava com a forma anterior de produção. Essa situação desemboca em uma dualidade, isto é, um país convive com formas modernas e atrasadas de produção ao mesmo tempo, conformando uma economia heterogênea. De acordo com Furtado, essa dualidade caracteriza o fenômeno do subdesenvolvimento.

Diferentemente dos países subdesenvolvidos, as nações hoje entendidas como desenvolvidas consolidaram seu parque industrial na primeira ou na segunda Revolução Industrial e tiveram uma participação ativa do Estado, defendendo, planejando e protegendo suas indústrias, além de algumas atividades agrícolas. Essa forma de atuação do Estado redundou em uma economia integrada, em torno de um projeto nacional, e exportadora de mercadorias industrializadas, além de grande acumulação de capital para seu desenvolvimento econômico, seja a partir de um mercado interno que tende à homogeneização ou da expansão do mercado internacional e também por meio dos ganhos nas relações de troca com os países periféricos.³²

De maneira oposta ao que ocorreu nos países centrais, os países periféricos utilizarão seus saldos na balança comercial para adquirir produtos industrializados dos primeiros, por meio de importações. Desta forma, é na demanda por bens finais de consumo que os países subdesenvolvidos passam a se inserir “na civilização industrial” e não por meio de mudanças estruturais profundas.

Esse dado é fundamental para compreender o sentido que neles tomará, em fase subsequente, o processo de industrialização [...] fundada na chamada “substituição de importações”

segundo a qual o *desenvolvimento econômico*, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que os *standards* de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo. Essa ideia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do *progresso*, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial”.

31. “O ponto básico que recobre a análise do autor [Furtado] é a ideia de que o subdesenvolvimento não corresponde a uma etapa histórica comum a todos os países, mas a uma condição específica da periferia do sistema capitalista, a um resultado histórico da evolução da economia mundial desde a Revolução Industrial. [...] O subdesenvolvimento seria um subproduto desse desenvolvimento, ou seja, uma estrutura produtiva historicamente determinada pelo desenvolvimento do capitalismo europeu. Teria, ademais, características inteiramente distintas dos sistemas econômicos que lhe deram origem” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 138).

32. “A evolução dos termos de intercâmbio tende a ser desfavorável à periferia do sistema — isto é, aos produtores de produtos primários — e a acumulação continua a concentrar-se no centro, agora transformado num grupo de países em distintos graus de industrialização. Por outro lado, a nova forma assumida pelo capitalismo — maior centralização de decisões no plano nacional — facilita a

concentração do poder econômico e a emergência de grandes empresas. Os mercados internacionais tendem a ser controlados por grupos de empresas, cartelizadas em diversos graus”. (FURTADO, 1974, p. 24-25)

33. “Nas atuais economias subdesenvolvidas a adaptação das estruturas sociais torna-se problema muito mais complexo. A penetração da nova tecnologia no sistema produtivo, ao desorganizar uma faixa da economia artesanal preexistente, cria de imediato um problema de excedente de mão de obra sem viabilidade de absorção. Esse excedente reflui para formas artesanais de economia de subsistência, criando uma dualidade dentro do sistema econômico que condicionará todo o processo social subsequente. O dualismo da estrutura econômica reflete-se, por um lado, em uma distribuição extremamente desigual da renda e, por outro, numa demanda de bens finais pouco vigorosa. Com efeito, a apropriação do excedente pelos grupos dirigentes não encontra resistência nos trabalhadores, cuja consciência de classe só lentamente se define, em razão do amplo subemprego estrutural engendrado por aquele dualismo. Essa ausência de vigor da classe assalariada também é fator de entorpecimento da formação do mercado interno. Desta forma, o excedente em mãos da classe dirigente tende a originar formas de consumo suntuário ou a filtrar-se para investimentos no exterior”. (FURTADO, 1964, p. 33)

34. “O único ativo de que a população pobre dispõe é sua força de trabalho, e, sendo esta um bem de oferta elástica, o seu preço será fixado no mercado em função de seu custo de reprodução, perpetuando-se a

[...] ela tende a reproduzir em miniatura sistemas industriais apoiados em um processo muito mais amplo de acumulação de capital. Na prática, essa miniaturização assume a forma de instalação no país em questão de uma série de subsidiárias de empresas de países cênicos, o que reforça a tendência para reprodução de padrões de consumo de sociedades de muito mais elevado nível de renda média. Daí resulta a tendência à concentração de renda, tão familiar a todos os que estudam a industrialização dos países subdesenvolvidos. (FURTADO, 1974, p. 27-28)

Esse processo é intensificado com a industrialização da periferia no período pós-Segunda Guerra Mundial e, principalmente, na década de 1960, o que “permitiu às grandes empresas liberar-se de muitas das limitações criadas pelos sistemas monetários e financeiros nacionais” (FURTADO, 1974, p. 28). Essa situação possibilita às grandes empresas transnacionais, com elevada escala de produção, decidir o que produzir, para quem produzir e impor barreiras à entrada de novas empresas na periferia do sistema, além de definir o padrão de industrialização nessa maior integração industrial com a periferia.

Também é importante destacar que a forma de industrialização da periferia³³ exigia um nível de concentração de renda muito grande, em função do tipo de mercadorias que ela passou a produzir: bens de consumo duráveis, principalmente automóveis. Essa concentração aprofundou mais ainda a redução do salário do trabalhador³⁴ em termos relativos. Em contrapartida, nos países centrais aumentavam-se os salários e promovia-se uma homogeneização da sociedade.

Outro aspecto relevante é que a grande empresa utilizará, na periferia, a tecnologia desenvolvida no centro,³⁵ porque será mais vantajoso usar tecnologias já amortizadas e depreciadas em seus países; aproveitará a mão de obra abundante e barata da periferia, e seu robusto mercado interno, além da grande quantidade de recursos naturais, muitas vezes não renováveis. É importante ressaltar que os investimentos em inovação tecnológica são concentrados, em grande medida, nos países centrais. Os Estados nacionais periféricos passam a se adaptar para atender às demandas dessas empresas transnacionais, como estabilidade de preços e outras necessárias para a instalação dessas indústrias.

A heterogeneidade que se mantém na periferia, aliada ao baixo salário do trabalhador, corrobora a tese de que é um grande equívoco pensar que os países periféricos alcançarão o nível de desenvolvimento ou o nível de padrão de consumo dos países centrais. De acordo com Furtado (1974, p. 75-76):

Temos assim, a prova definitiva de que o *desenvolvimento econômico* — a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos — é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade

para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender* a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento*. (FURTADO, 1974, p. 75-76)

Para Furtado, a transnacionalização das empresas e do capital, acirrada na década de 1970 em função do golpe civil-militar de 1964, em que as burguesias brasileiras decidem pelo capitalismo dependente e associado — dado seu caráter antidemocrático, antissocial e antinacionalista —, compromete o desenvolvimento da nação e redundava em uma crise de civilização em que a empresa transnacional tem total liberdade para atuar da maneira como quiser, com anuência do Estado. O objetivo último da empresa transnacional é o de auferir os maiores lucros possíveis no menor espaço de tempo e sem nenhum compromisso com o desenvolvimento do país no qual obtém seus ganhos.

Furtado (1981) reconhece que o golpe civil-militar de 1964 e as reformas que vieram a partir dele, consubstanciadas no Paeg (1964-1967), beneficiaram significativamente os interesses das empresas transnacionais, sobretudo as reformas financeiras, que lhes permitiram maior liberdade no envio de remessas de lucros e dividendos ao exterior, condições e capacidades de se endividarem no mercado externo, principalmente no Euromercado, e a investir no setor produtivo da periferia protegidas pela concorrência,³⁶ por intermédio do Estado. Essas mudanças iriam desembocar no que se convencionou chamar de “milagre”, período em que, apesar da regressão social, o país alcançou as maiores taxas de crescimento de sua história, mas esse crescimento “ocorreu sem que se operassem modificações significativas na estrutura do sistema, vale dizer, sem que este alcançasse níveis mais altos de capacidade de autotransformação” (FURTADO, 1981, p. 41).

Posteriormente, na segunda metade da década de 1970, o nível de dependência da economia brasileira aumentou, fruto da política econômica do II PND, que elevou o processo de transnacionalização da economia e o aumento das dívidas interna e externa, em uma situação que diminuiu a margem de manobra do Estado para implementar políticas que preconizassem sua autonomia econômica. Esse quadro desembocou na crise da dívida externa na década de 1980 — conhecida como a década perdida — e, na década seguinte, com o coroamento do processo de dependência, na implementação oficial no país das políticas neoliberais, cujas prioridades estiveram e estão centradas na remuneração do capital financeiro por meio, principalmente, do recrudescimento da dívida pública e da política macroeconômica voltada ao seu benefício.

miséria” (FURTADO, 1992, p. 53). “Os bloqueios à expansão na capacidade de consumo da sociedade decorrem do fato de que a superabundância de mão de obra impede a progressiva transferência de ganhos de produtividade físicas do trabalho para salário” (SAMPAIO JR., 1999, p. 178).

35. “Em síntese, o que caracteriza uma economia dependente, é que nela o progresso tecnológico é criado pelo desenvolvimento, ou melhor, por modificações estruturais, que surgem inicialmente do lado da demanda, enquanto nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é, ele mesmo, a fonte do desenvolvimento. De uma perspectiva mais ampla, cabe reconhecer que o desenvolvimento de uma economia dependente é reflexo do processo tecnológico nos polos dinâmicos da economia mundial”. (FURTADO, 1968, p. 23)

36. “Pelo mecanismo do autofinanciamento, tais empresas estão em condições de apropriar-se de uma parcela crescente da riqueza que se cria no país. Coloca-se, portanto, o duplo problema de desnacionalização do capital que se acumula e de desarticulação do sistema de decisões”. (FURTADO, 1968, p. 16)

Em um de seus últimos escritos, Furtado deixou clara a sua crítica à política econômica neoliberal (em vigor até os dias atuais) e como ela era bloqueadora de uma estratégia de desenvolvimento nacional. Chegou a afirmar o absurdo que era:

37. Sistematizando, de acordo com Hadler (2012, p. 230-231), “Furtado sabia do retrocesso que o autoritarismo representava e, em especial, dos elevados custos sociais que aquele padrão de acumulação impusera. Nesse sentido, não poderia deixar de revigorar suas esperanças perante o processo de redemocratização. Porém, as mudanças no sistema capitalista mundial atropelaram impiedosamente as possibilidades de recompor a utopia do desenvolvimento capitalista nacional, conduzido por um Estado de bem-estar, amparado, por sua vez, em uma ampla solidariedade de classes. A crise da dívida levou o país à bancarrota, levando a uma prolongada instabilidade macroeconômica, à tutela do capital financeiro e ao progressivo desmonte do sistema industrial, sob os imperativos do capital transnacionalizado. A partir da década de 1990, com a ofensiva neoliberal aterrissando na América Latina, o desmonte da Nação se converte em regra, ante mais uma violenta rodada de modernização. Impôs-se a diluição do sistema econômico nacional — do sistema produtivo e dos centros de decisão — na globalização do capital. A revolução tecnológica permanente e a liberdade e mobilidade sem precedentes do capital financeiro internacional colocaram em xeque a própria categoria de sistema econômico nacional e lançam a periferia do capitalismo em uma nova dependência. A reversão que se instaura como tendência aponta para situações que, na essência, pouco diferirão das economias coloniais”.

[...] forçar um país que ainda não atendeu às necessidades mínimas de grande parte da população a paralisar os setores mais modernos de sua economia, a congelar investimentos em áreas básicas como saúde e educação, para que se cumpram metas de ajustamento da balança de pagamentos, impostas por beneficiários de altas taxas de juros, é algo que escapa a qualquer racionalidade. (FURTADO, 2004, p. 484)³⁷

3. Considerações finais

A partir das constatações de Furtado, cabem as seguintes indagações em relação às três correntes analisadas: 1) O curto período do governo do Partido dos Trabalhadores, até aqui, foi suficiente para acabar com os problemas estruturais da economia brasileira dependente e periférica? 2) Teria ocorrido uma autonomização da economia brasileira? 3) Houve uma homogeneização social, dando fim à elevada heterogeneidade dessa sociedade? 4) O Estado brasileiro conseguiu orientar a distribuição do excedente econômico e social? 5) Surgiu uma “burguesia nacional”, nesse período, que se fortaleceu ante os interesses das empresas transnacionais e passou a dominar a produção de bens de capital e a utilizar a espinha dorsal da produção para o bem-estar da sociedade? 6) O país deixou de ser nos últimos anos grande apenas na exportação de *commodities* e passou a ser expressivo exportador de mercadorias industrializadas de alta tecnologia? 7) Grande parte da população brasileira emergiu enquanto classe média e participa, de fato, das decisões políticas, econômicas e sociais do país? 8) O capital financeiro deixou de se locupletar do fundo público e o governo não destina mais grande parte de sua arrecadação para esse capital fetichizado? 9) Foi efetivamente instaurado um processo de mudança, reforma ou implantação de uma legislação que, no decorrer de um ou dois decênios, pudesse reduzir substancialmente o problema do subdesenvolvimento?

Como para essas perguntas praticamente só resta como resposta o “não”, estamos muito longe de um novo padrão de desenvolvimento econômico.

Compete-nos, porém, destacar que o debate sobre desenvolvimento, em um país subdesenvolvido como o nosso, que segue com tantos problemas, sem dúvida, é importante. Mas é imprescindível que a discussão seja centrada em problemas estruturais e nas formas de resolvê-los. Problemas estruturais como: a relação centro-periferia; a dependência externa; a industrialização dependente; o controle sobre a inovação tecnológica; o excedente de mão de

obra no mercado de trabalho; o latifúndio; o mimetismo cultural; a intensa exploração do trabalhador; a estrutura econômica heterogênea; a concentração de renda; a transnacionalização das empresas; o endividamento interno e externo; e a hegemonia norte-americana, que pressiona para um tipo de desenvolvimento da periferia que não atende às necessidades reais da sua população e não permite que o Brasil se aproprie e controle substancialmente o seu excedente econômico e social.

Diferentemente, as três correntes estudadas superdimensionam as análises conjunturais explicitadas na discussão: taxa de juros, taxa cambial e superávit primário. Além disso, a maioria dos autores dessas correntes está restrita a um olhar sobre desenvolvimento apenas a partir de uma perspectiva da demanda efetiva — como acioná-la, a partir de qual variável-chave —, deixando de entender o subdesenvolvimento brasileiro como um problema de totalidade e restringindo sua solução a variáveis endógenas.

Temos em Furtado uma interpretação que mostra que qualquer estratégia de desenvolvimento — e não meramente de crescimento — deve levar em conta a relação centro-periferia, de forma a considerar que os países periféricos têm sérias limitações de política econômica, por conta principalmente de sua dependência externa. Por meio da relação centro-periferia, as nações centrais pressionam os países periféricos, no sentido destes adotarem medidas de política econômica que atendam prioritariamente aos anseios de acumulação de suas empresas transnacionais, assim como aos interesses dos detentores de títulos da dívida interna e dos credores da dívida externa da periferia por meio do pagamento de juros.

À luz do que foi trabalhado nas obras de Celso Furtado, evidencia-se que uma discussão focada no tripé macroeconômico ou na sua flexibilização, como sugerem as análises das três correntes heterodoxas, não fará com que os problemas estruturais do capitalismo periférico e subdesenvolvido brasileiro sejam sanados.

Pensar o desenvolvimento na periferia no período atual requer rupturas com a política econômica neoliberal, uma vez que a partir dela há a sustentação para que a situação de dominação de países periféricos como o Brasil se reproduza e se assevere ao longo do tempo. No neoliberalismo, não há possibilidades de avanço de uma política econômica autônoma na grande maioria das economias periféricas nem mesmo no sentido de o Estado prover o mínimo para o atendimento das necessidades básicas dos cidadãos.

§

Referências

- ARESTIS, P. SAWYER, M. New consensus macroeconomics and inflation targeting. *In: Economia e Sociedade*, vol. 17, número especial, dez. 2008, p. 631-655.
- BELLUZZO, L.G.M. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Unesp, 2013.
- BERNANKE, B.; MISHKIN, F. Inflation targeting: A New framework for monetary policy? *In: Journal of Economic Perspectives*, spring, 11(2), 1997, p. 97-116.
- BIANCARELLI, A. M. Por uma agenda social-desenvolvimentista para o Brasil. *In: FPA discute desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, jul. 2013.
- BIANCARELLI, A.; ROSSI, P. A política macroeconômica em uma estratégia social-desenvolvimentista. *In: Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, Brasília, vol. 4, n. 1, 2014, p. 21 - 38. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/rbpo_vol4_num1-artigo2-politica_macroeconomica.pdf>.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro — o ciclo ideológico do desenvolvimento*, 1939-1964. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.
- _____. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *In: FPA discute desenvolvimento*. Fundação Perseu Abramo, Jul. 2013a.
- _____. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. Brasília: Ipea, abr. 2013b (Texto de Discussão n.1828).
- BLANCHARD, O. There a core of usable macroeconomics? *In: The American Economic Review*, vol. 87, n. 2, mai. 1997, p. 244-246.
- BLINDER, A. S. Is there a core of practical macroeconomics that we should all believe? *In: The American Economic Review*, vol. 87, n. 2. Papers and proceedings of the hundred and fourth annual meeting of the American Economic Association, mai, 1997, p. 240-243.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Diálogo com a Unicamp sobre o novo desenvolvimentismo, 2012a. Disponível em: <http://www.bresser-pereira.org.br/works/letters/360-Meus_amigos_desenvolvimentistas_da_Unicamp.pdf>.
- _____. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. *In: DELORME PRADO, L. C. (Org.). Desenvolvimento e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares*. Contraponto: Rio de Janeiro, 2012b.
- CANO, W. A desindustrialização no Brasil. *In: Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 21, número especial, dez. 2012, p. 831-852.
- _____. *Desindustrialização e subdesenvolvimento*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2014 (Textos para Discussão). Disponível em <http://www3.eco.unicamp.br/publicacoes>.
- CARNEIRO, R. Velhos e novos desenvolvimentismos. *In: FPA discute desenvolvimento*. Fundação Perseu Abramo, jul. 2013.
- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *In: Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 112, out/dez. 2012, p. 613-636.
- CONTI, B. Um tripé estático e um país que tenta se movimentar. *In: Revista Política Social e Desenvolvimento*, São Paulo, 2015. Disponível em: http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2015/03/Revista_15.pdf.
- COSTAS, R. Por que o Brasil parou de crescer. *In: BBC*, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140905_brasil_parou_entenda_ru>.
- FERRARI FILHO, F.; FONSECA, P. D. Which developmentalism? A keynesian-institutionalist proposal. *In: Review of Keynesian Economics*, vol. 3, issue 1, 2015, p. 90-107.
- FURTADO, C. *A pré-evolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- _____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *O Brasil pós-milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *Pequena introdução ao desenvolvimento — enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Ed. Nacional, 1981.
- _____. A superação do subdesenvolvimento. *In: Revista Economia e Sociedade*. Campinas, SP, n. 3, 1994.
- _____. *O longo amanhecer — ensaios sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- _____. Os desafios da nova geração. *In: Revista de Economia Política*, vol. 24, n. 4 (96), out-dez. 2004.
- HADLER, J. P. T. C. *Dependência e subdesenvolvimento — a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado*. São Paulo: Alameda, 2012.
- JURGENFELD, V. Debate sobre centro da meta divide economistas. *In: Valor Econômico*, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3534086/debate-sobre-centro-da-meta-de-inflacao-divide-economistas>>.
- _____. Estratégia de crescimento divide heterodoxos. *In: Valor Econômico*, São Paulo, 2013, p. A14. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3314942/estrategia-de-crescimento-divide-heterodoxos>>.
- _____. Para economista, país está sem rumo e falta um projeto nacional. *In: Valor Econômico*, 09/04/2014. Disponível em: www.valor.com.br/brasil/3510456/para-economista-pais-esta-sem-ru-mo-e-falta-um-projeto-nacional. Acesso em: 07/2014.
- LACERDA, A. C.; CONTI, B.; MELLO, G. S. O tripé macroeconômico e o desenvolvimento às avessas. *In: Revista Política Social e Desenvolvimento*, n. 15, ano 3. São Paulo, mar. 2015. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/o-tripe-macroeconomico-e-o-desenvolvimento-as-avessas/>>.
- LEOPOLDO, R. Ibre: política econômica intervencionista deve mudar. *In: O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ibre-politica-economica-intervencionista-deve-mudar,181206e>>.
- LUCENA, E. País precisa de produção em massa, diz economista. *In: Folha de S. Paulo*. São Paulo, 14/01/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/19902-pais-precisa-de-producao-em-massa-diz-economista.shtml>. Acesso em: 07/2014.
- MERCADANTE, A. *As bases do novo-desenvolvimentismo: análise do governo Lula*. Campinas. 2010. Tese (Doutorado) — Instituto de Economia/Unicamp. Campinas, 2010.
- MOLLO, M. L. R.; FONSECA, C. D. Desenvolvimentismo e novo desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. *In: FPA discute desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, jul. 2013.
- NERI, M. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- _____; MELO, L. C. C.; MONTE, S. R. S. *Superação da pobreza e a nova classe média no campo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

- NEUMANN, D.; WATANABE, M. Para economistas, foco na inflação afastou dólar do equilíbrio. In: *Valor Econômico*. São Paulo, 27/05/2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3563328/para-economistas-foco-na-inflacao-afastou-dolar-do-equilibrio>>.
- PESSOA, S. Duas visões a respeito das estratégias de desenvolvimento. In: SICSÚ, J.; CASTELAR, A. P. (Org.) *Sociedade e economia: Estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Ipea. Brasília, 2009. p. 71-82.
- PINHEIRO, A. C. Após a euforia. In: *Portal Ibre*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=8A7C8233253AEA0A01253B17F4990DE9&contentId=8A7C82C53F820209013FD309A30C1C9D>>.
- POCHMANN, M. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.
- _____. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *O mito da grande classe média: Capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PREBISCH, R. [1949] O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *50 anos de pensamento na Cepal*, vol. 2. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- ROSSI, P. *Regime macroeconômico e projeto social-desenvolvimentista*. Brasília: Ipea, jan. 2015. (Texto para Discussão n. 2029). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3406/1/td_2029.pdf>.
- ROSSI, P.; BIANCARELLI, A. Do industrialismo ao financismo. In: *Revista Política Social e Desenvolvimento*. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://revistapoliticassocialedesenvolvimento.com/2015/02/02/a-virada-neoliberal-do-governo-dilma/>>.
- ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- SADER, E. Neoliberalismo versus pós-neoliberalismo: a disputa estratégica contemporânea. In: *Margem Esquerda*, n. 16, 2011, p. 123-127.
- SAMPAIO JR. A. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. *Novo-desenvolvimentismo: Um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri (SP); Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- TROTSKY, L. *A história da revolução russa*, vol. 1. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VELOSO *et al.* *Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Recebido em 1/10/2015

e aceito em 27/1/2016.